

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2023

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIASFOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

Os desdobramentos nos programas sociais que tiveram a GoiásFomento como parceira, foram movimentados por meio de cartão de pagamentos e conta digital **R\$ 416,5 milhões**, com mais de **1,4 milhões** de beneficiários mensais em 2023 e **R\$ 903,9 milhões** acumulados desde junho de 2021, com **3,2 milhões** de beneficiários mensais desde o início.

Considerando somente transações por meio de cartões pré-pagos, a GoiásFomento promoveu desembolsos que somaram **R\$ 270,6 milhões** em volume financeiro em 2023, e **R\$ 657,0 milhões** desde o início, atendendo todos os municípios goianos.

Os programas de transferência de renda elevam a renda das famílias proporcionando melhorando o fluxo financeiro na atividade econômica local, contribuindo na geração de emprego e renda nos municípios. Essa injeção de recursos na economia, contribui na elevação do poder de consumo das famílias de baixa renda, com reflexos positivos para os pequenos empreendedores fornecedores de bens de consumo. Dessa forma, a atuação como agente operador do recurso proporcionou a geração de receitas para a GoiásFomento na ordem de **R\$ 4,3 milhões** no exercício.

Em relação aos financiamentos para microempresas e empresas de pequeno porte, a GoiásFomento vem buscando meios para mitigação dos riscos das operações e recuperação de crédito inadimplente e consequentemente o aumento no volume financeiro transacionado.

1. RESULTADOS DO EXERCÍCIO

O lucro líquido alcançado em 2023 foi de **R\$ 4,1 milhões**, enquanto o obtido em 2022 foi de **3,4 milhões**, conforme demonstrações financeiras, ou seja, a variação de **21,3%** maior em relação ao exercício anterior. O resultado positivo alcançado se deu principalmente pelo ingresso de receitas advindas da prestação de serviços na gestão de desembolsos em programas sociais, operacionalizados por meio de cartão pré-pago e conta digital, que juntos somaram **R\$ 4,3 milhões** no exercício.

Na despesa com pessoal, (incluindo alta administração) a variação em relação ao projetado foi **7,2%** menor com variação de **R\$ 2,5 milhões** e, em quando comparado ao ano anterior, foi **2,8%** maior.

O saldo da provisão para devedores duvidosos variou de **R\$ 15,6 milhões** em 31/12/2022 para **R\$ 8,3 milhões** em 31/12/2023, ou seja, uma redução de **R\$ 7,3 milhões** no período, enquanto as despesas com provisão foram **R\$ 5,7 milhões** menor que a obtida no ano anterior.

1. RESULTADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS: INDICADORES

RESULTADOS	EXERCÍCIO 2023 (Em R\$ 1.000)	EXERCÍCIO 2022 (Em R\$ 1.000)	VARIAÇÃO (Em R\$ 1.000)
Receitas Operacionais	75.166	68.005	7.161
Resultados Prestação de Serviços	12.555	15.376	-2.821
Resultados Operacionais	7.290	5.627	1.663
Lucro Líquido Antes de Tributação	7.281	5.790	1.491
Lucro Líquido	4.085	3.368	717
PRINCIPAIS DESPESAS	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Provisão para Devedores Duvidosos	7.516	13.236	-5.720
Despesas de Pessoal	31.914	31.041	873
BALANÇO PATRIMONIAL	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)	(Em R\$ 1.000)
Ativos Totais	262.448	262.448	526
Operações de Crédito	97.147	130.558	-33.411
Patrimônio Líquido	197.979	195.185	2.794
INDICADOR FINANCEIRO	(Em %)	(Em %)	(Em %)
Índice de Lucratividade	5,44%	4,94%	21,3%

Os ativos totais tiveram aumento de **0,2%** quando comparado ao exercício anterior, saindo de **R\$ 262,4 milhões** para **R\$ 263,0 milhões**, ficando **R\$ 526 mil** maior. Quanto ao patrimônio líquido houve um aumento de **2,8%** passando de **R\$ 195,2 milhões** para **R\$ 198,0 milhões**.

Os desembolsos financeiros em operações de crédito somaram **R\$ 39,9 milhões** em 1.069 operações de crédito às microempresas, empresas de pequena e média porte, microempreendedores individuais e autônomos. Não houve desembolsos em operações de repasses do BNDES e FCO.

O saldo da carteira com risco próprio (Recursos Próprios/CAIXA/FCO/BNDES/FUNGETUR), ao final do exercício de 2023 ficou em **R\$ 97,1 milhões**, sendo **R\$ 33,4 milhões** menor em relação a 31/12/2022, enquanto o número de contratos ativos reduziu de **6.463 contratos** para **4.434 em 2023**, com diminuição de **2.029** contratos.

O saldo de recursos em tesouraria passou de **R\$ 96,3 milhões** no final de 2022 para **R\$ 138,5 milhões** no final de 2023. O aumento foi provocado tanto pela redução do saldo em operações de crédito quanto pelo ingresso de recursos referentes às taxas do PRODUTIZ/FOMENTAR.

2. ATUAÇÃO DA GOIASFOMENTO

Em 2023, a administração da SELIC na média superior a 13% ao ano ofuscou as expectativas de crescimento mais acelerado para essa sociedade de economia mista, focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores. Como agente operador de programas de transferência de rendas exclusivamente na fase de desembolsos de recursos aos beneficiários, como no Mães de Goiás, Aprendiz do Futuro, Bolsa Alfabetizadora, Bolsa Qualificação e Crédito Social, a GoiásFomento promoveu desembolsos de valores que somaram de **R\$ 416,5 milhões**.

3. PERSPECTIVAS

A GOIASFOMENTO continuará buscando atuação em conjunto com demais órgãos e instituições governamentais, em especial a Secretaria da Retomada, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e iniciativa privada para a implementação diversas ações de impacto econômico e social no Estado de Goiás.

Para 2024, essa agência buscará ampliar créditos para a agronegócio, a ampliação de financiamentos para o microcrédito por meio do FUNDEQ em especial na linha de crédito **Mais Crédito**.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva apresenta os resultados obtidos no exercício de 2023, destaca a administração profissional esperada para essa sociedade de economia mista, focada na ampliação em seu fortalecimento institucional, empresarial e bancário, zelando por seu patrimônio e valorização de seus colaboradores. Agradece aos acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, conselheiros, colaboradores e todos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos pelo trabalho realizado nesse período.

Goiania (GO), 23 de fevereiro de 2024.

ALAN FARIAS TAVARES
Presidente do Conselho de Administração

EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO
Diretor-Presidente

EURÍPEDES JOSÉ DO CARMO
Diretor de Operações/em substituição

LUCAS FERNANDES ANDRADE
Diretor Administrativo e Financeiro

BALANÇETES PATRIMONIAIS
FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 (Em R\$ mil)

ATIVO	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE	205.189	200.397
DISPONIBILIDADES	7	12
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	138.500	96.318
Carteira Própria (NOTA 4)	138.500	96.318
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	43.705	67.180
Empréstimos Setor Privado	28.075	43.760
Financiamentos Setor Privado	17.925	34.015
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.487	1.179
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(5.782)	(11.774)
OUTROS CRÉDITOS	13.240	30.149
Diversos (NOTA 6)	13.244	30.150
Provisão p/ Outros Créditos	(4)	(1)
OUTROS VALORES E BENS	9.737	6.738
Outros Valores e Bens (NOTA 7)	10.949	7.050
Provisão p/Desv. De Outros Val. e Bens	(312)	(312)
NÃO CIRCULANTE	57.785	62.051
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	54.010	58.076
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	44.644	47.316
Empréstimos Setor Privado	18.713	22.208
Financiamentos Setor Privado	22.185	26.360
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.238	2.553
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(2.492)	(3.805)
OUTROS CRÉDITOS	9.366	10.760
Diversos (NOTA 6)	9.384	10.764
Provisão p/ Outros Créditos	(18)	(4)
PERMANENTE (NOTA 8)	3.775	3.975
INVESTIMENTOS	10	10
Ações	10	10
IMÓVEIS DE USO	3.317	3.390
Terenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(972)	(899)
IMOBILIZADO DE USO	414	538
Imobilizado de Uso	1.727	2.008
Depreciações Acumuladas	(1.313)	(1.470)
IMOBILIZADO EM CURSO	34	34
Outros	34	34
INTANGÍVEL	-	3
Ativos Intangíveis	394	394
Amortizações Intangíveis	(394)	(391)
TOTAL DO ATIVO	262.974	262.448

PASSIVO	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE	33.484	41.697
OBRIG. POR EMP. E REPASSOS (NOTA 9)	15.182	29.136
Repasses do País - BNDES	494	710
Repasses do País - FCO	3.462	4.015
Repasses do País - FINEP	589	309
CEF - PNMP0	2.037	6.154
Repasses do País - FUNGETUR	8.600	17.948
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 10)	18.302	12.561
Sociais Estatutárias	4.362	2.686
Fiscais e Previdenciárias	1.692	2.498
NÃO CIRCULANTE	229.490	220.751
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	31.511	25.566
OBRIG. POR EMP. E REPASSOS (NOTA 9)	31.511	25.566
Repasses do País - BNDES	107	457
Repasses do País - FCO	2.767	6.288
Repasses do País - FINEP	3.791	2.236
CEF - PNMP0	-	1.827
Repasses do País - FUNGETUR	24.846	14.758
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	197.979	195.185
Capital Social (NOTA 11)	186.394	186.394
Aumento de Capital	3.199	8.791
Reserva de Lucros	8.386	-
TOTAL DO PASSIVO	262.974	262.448

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31/12/2023 E 31/12/2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 (Em R\$ mil)

DISCRIMINAÇÃO	NOTAS EXPLICATIVAS	2º SEMESTRE DE 2023	EXERCÍCIOS	
			31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		19.506	40.310	39.717
Operações de Crédito	Nota 5e) e 14	12.113	24.900	28.499
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	Nota 4b)	7.392	15.410	11.218
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		(6.005)	(12.280)	(19.705)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	Nota 12	(3.802)	(7.516)	(13.236)
Provisão p/ Desvalorização e de Contingências	Nota 12	(4)	(3)	(55)
Empréstimos e Repasses	Nota 14	(2.199)	(4.761)	(6.414)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		13.501	28.030	20.012
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		192	(20.740)	(14.385)
Receitas de Prestação de Serviços	Nota 14	6.309	12.555	15.376
Despesas de Pessoal	Nota 13	(16.377)	(31.914)	(31.041)
Outras Despesas Administrativas	Nota 13	(3.584)	(7.964)	(7.814)
Despesas Tributárias	Nota 13	(1.628)	(3.095)	(3.249)
Outras Receitas Operacionais	Nota 14	17.580	22.301	12.912
Outras Despesas Operacionais	Nota 14	(2.068)	(12.623)	(569)
RESULTADO OPERACIONAL		13.693	7.290	5.627
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		0	(9)	163
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		13.693	7.281	5.790
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		(1.168)	(3.196)	(2.422)
Imposto de Renda	Nota 15.1a)	(594)	(594)	(2.486)
Contribuição Social	Nota 15.1a)	(492)	(492)	(2.109)
Diferenças Temporárias - Imposto de Renda	Nota 15.2	355	(647)	1.833
Diferenças Temporárias - Contribuição Social	Nota 15.2	284	(284)	934
Participação dos Empregados	(721)	(721)	(594)	
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO		12.526	4.085	3.368
LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00		0,0672	0,0219	0,0181

DRA - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIOS	
	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	4.085	3.368
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES NO EXERCÍCIOS	4.085	3.368

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em R\$ mil)

EVENTOS	REALIZADO	TOME-DE-CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	EX-PAN-SÃO		
SALDO EM 30/06/2023	186.394	-	2.700	-	-	189.094
Resultado do Semestre	-	-	-	-	12.525	12.525
Reserva Legal	-	-	204	-	(204)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	241	(241)	-
Reversão Proposta de Compensação	-	3.199	1.607	59	3.575	(8.440)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(3.640)	(3.640)
SALDO EM 31/12/2023	186.394	3.199	4.511	300	3.575	197.979
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	3.199	1.811	300	3.575	- 8.885
SALDO EM 31/12/2021	186.069	-	4.139	3.335	3.575	- 197.118
Aumento de Capital	325	-	-	-	-	325
Resultado do Exercício	-	-	-	-	3.368	3.368
Reserva Legal	-	-	168	-	(168)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	525	(850)	(325)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(2.350)	(2.350)
Pagamento ao Acionista	-	-	(2.951)	-	(2.951)	-
SALDO EM 31/12/2022	186.394	-	4.307	909	3.575	- 195.185
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	325	-	168	(2.426)	-	- (1.933)
SALDO EM 31/12/2022	186.394	-	4.307	909	3.575	- 195.185
Transferência p/ Aum. De Capital	-	3.199	-	(850)	-	2.349
Resultado do Exercício	-	-	-	-	4.085	4.085
Reserva Legal	-	-	204	-	(204)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	241	(241)	-
Reversão de Compensação	-	(3.199)	(1.607)	(59)	(3.575)	(8.440)
Proposta Proposta de Compensação	-	3.199	1.607	59	3.575	8.440
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(3.640)	(3.640)
SALDO EM 31/12/2023	186.394	3.199	4.511	300	3.575	- 197.979
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	3.199	204	(609)	-	- 2.794

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2023 (Em R\$ mil)

DESCRIÇÃO	2º Semestre 2023	Exercícios	
		31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES			
Lucro Líquido	12.526	4.085	3.368
Despesas de Depreciação e Amortização	96	(81)	310
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(18.923)	(42.182)	(2.371)
Operações de Crédito	6.405	26.147	35.137
Outros Créditos	(974)	18.303	(4.786)
Outros Valores e Bens	(3.201)	(2.999)	353
Outras Operações	7.312	5.741	4.202
CAIXA GERADO/			

NOTA 6 – Outros Ativos

Descrições	31/12/23	31/12/22
Rendas a receber – Prestação de serviços	1.724	17.390
Outras rendas a receber - convênios	762	1.236
Adiantamentos concedidos	160	198
Créditos tributários (Longo Prazo Nota 15.2)	8.948	10.337
Devedores por outros valores e bens - Leilão	524	483
Provisão para outros créditos - Leilão	(22)	(5)
Impostos e contribuições a serem restituídos	1.073	1.132
Devedores por depósitos em garantia (*)	787	796
Pagamentos a Ressarcir	6.561	6.342
Outros	2.089	3.000
Totais	22.606	40.909
Curto Prazo	13.658	30.572
Longo Prazo	8.948	10.337

(*) Nesta rubrica estão registrados os depósitos judiciais das ações em curso, tanto trabalhistas quanto cíveis.

NOTA 7 – Outros Valores e Bens**a) Resumo das contas**

Descrições	31/12/23	31/12/22
Ativos não financeiros mantidos para venda (b)	9.918	6.767
Provisão para desvalorização (b)	(312)	(312)
Despesas antecipadas	131	283
Total	9.737	6.738

b) **Ativos não financeiros mantidos para venda** – Referidos bens compreendem os bens não de uso próprio, nas conformidades da Resolução do CMN 4.747/2019. Referidos bens são levados a leilão público e, conforme normas, por vendas diretas.

✓ Esses ativos foram avaliados há menos de um ano.

NOTA 8 – Permanente

Descrições	31/12/23		31/12/22	
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual
Investimentos	-	10	-	10
Imobilizado em curso - Projeto	-	34	-	34
Imóveis de uso – Terrenos	-	2.422	-	2.422
Imóveis de uso – Edificações	4%	1.867 (972)	-	895 968
Imobilizado de uso	10%	1.727 (1.313)	-	414 538
Intangível	20%	394 (394)	-	- 3
Totais	-	6.454 (2.679)	-	3.775 3.975

Referidos bens foram avaliados, onde os laudos estão com valor superior aos valores ativados.

NOTA 9 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Agência Brasileira de Inovação – FINEP e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO e Caixa Econômica Federal – CEF e Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR, a saber:

Descrições	Taxa Média	Prazo Médio	Períodos	
			31/12/23	31/12/22
BNDES	2,94 a.a.	13 meses		
Obrigações			601	1.167
Curto Prazo			494	710
Longo Prazo			107	457
FINEP	1,47% a.a.	6 anos/3 meses		
Obrigações			4.380	2.545
Curto Prazo			589	309
Longo Prazo			3.791	2.236
FCO	7,43% (pré a.a) TFC (pós a.a)	2 ano/3 meses		
Obrigações			6.229	10.303
Curto Prazo			3.462	4.015
Longo Prazo			2.767	6.288
CEF	1,89% a.a	5 meses		
Obrigações			2.037	7.981
Curto Prazo			2.037	6.154
Longo Prazo			-	1.827
FUNGETUR				
Obrigações			33.446	32.706
Seis - Prazo médio 1 ano e 6 meses		Valor à Curto Prazo – Recursos em caixa	8.600	17.948
INPC a.m. Prazo médio 2 anos e 1 mês		Valor à Longo Prazo – Liberados (Op. Crédito)	24.846	14.758
Totais			46.693	54.702

NOTA 10 – Outras Obrigações

Descrições	31/12/23	31/12/22
Dividendos e bonificações a pagar	4.362	2.686
Subtotal	4.362	2.686
Fiscais e previdenciárias	1.692	773
Impostos e contribuições	-	1.725
Subtotal	1.692	2.498
Credores diversos	8.315	3.455
Provisão de férias e 13 salários	2.054	2.056
Contingências	804	804
Obrigações por aquisição de bens/direitos	-	178
Outras	1.075	884
Subtotal	12.248	7.377
Totais	18.302	12.561

NOTA 11 – Capital Social

O Capital social autorizado para a GoiásFomento é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e está subscrito e integralizado o valor de R\$ 186.394.379,58 (cento e oitenta e seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos), representado por 186.394.379 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

NOTA 12 – Despesas da Intermediação Financeira

Descrições	2º Sem de 23	31/12/23	31/12/2022
Provisão p/devedores duvidosos	3.802	7.516	13.236
Provisão p/desvalorização de títulos	4	3	55
Empréstimos e repasses	2.199	4.761	6.414
Totais	6.005	12.280	19.705

(*) A despesa com provisão para devedores duvidosos para a carteira de operações de crédito, está nas conformidades da Resolução 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional.

NOTA 13 – Despesas de Pessoal, Administrativas e Tributárias, inclusive, PASEP/COFIS e ISSQN

Descrições	2º Sem de 23	31/12/23	31/12/22
Despesas de pessoal	15.207	29.570	28.718
Honorários	1.170	2.344	2.323
Subtotal	16.377	31.914	31.041
Água, energia, gás, aluguéis	128	315	256
Comunicação	53	122	144
Manutenção/conservação	76	169	208
Serviços de terceiros	402	808	876
Informações cadastrais	91	199	249
Correspondente de crédito	36	65	133
Propaganda/pub. publicação	34	86	73
Técnicos especializados	597	1.840	2.977
Vigilância e segurança	164	608	564
Transportes	308	259	181
Emolumento jud/cartorário	595	1.367	1.262
Tarifas bancárias	111	236	340
Outros	989	1.890	551
Subtotal	3.584	7.964	7.814
Tributárias	1.628	3.095	3.249
Subtotal	1.628	3.095	3.249
Totais	21.589	42.973	42.104

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores. (**) Despesas Tributárias, incluem ISSQN, PASEP e COFINS.

NOTA 14 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

Descrições	31/12/23	31/12/22
Outras receitas		
Prestação de serviço (*)	12.555	15.376
Recuperação enc. despesas	469	1.657
Reversão/Prov. operacionais (**)	10.390	222
Equalizações de taxas	4.280	5.765
Outras	7.162	5.268
Total de outras receitas	34.856	28.288
Outras despesas		
Amortização do intangível	3	79
Depreciação	226	231
Provisão para contingência	13	10
Provisão para outros créditos (***)	10.390	-
Outras	1.976	249
Totais de outras despesas	12.623	569

(*) As receitas de prestação de serviços referem-se, substancialmente, as taxas de serviços prestados aos fundos públicos estaduais, tarifas por concessão de créditos e por outros serviços específicos relativos ao crédito.

(**) Refere-se a reversão da provisão das contas de administração por serviços prestados aos Fundos Públicos: FOMENTAR e FUNPRODUIZIR, relativas ao período de janeiro de 2016 a junho de 2018, que conforme determinação do Banco Central do Brasil, foram provisionadas em março de 2023 e que conforme liquidação das referidas taxas pelo Governo do Estado de Goiás, foi feita a reversão em dezembro de 2023.

(***) Despesa de provisão de rendas a receber referente às taxas de administração por serviços prestados aos Fundos Públicos: FOMENTAR e FUNPRODUIZIR, relativas ao período de janeiro de 2016 a junho de 2018, que conforme determinação do Banco Central do Brasil, provisionadas em março de 2023.

NOTA 15 – Impostos, Contribuições e Ativo Fiscal Diferido**15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social****a) Base de tributação**

Descrições	31/12/23	
	IRPJ	CSLL
Resultado do período	7.281	7.281
Juros sobre capital próprio	(3.640)	(3.640)
Resultado do período	3.641	3.641
+ ADIÇÕES		
Provisão para devedores duvidosos/2023	8.296	8.296
Operações de crédito compensadas em prej. a excluir	11.439	11.439
Despesas não dedutíveis	1.184	1.184
Totais das adições	20.919	20.919
(-) EXCLUSÕES		
Provisão/devedores duvidosos períodos anteriores	(21.355)	(21.355)
Operações de crédito compensadas em prejuízo	(966)	(966)
Outras exclusões	(1.120)	(1.120)
Totais das exclusões	(23.441)	(23.441)
= Lucro Real	1.119	1.119
Imposto de renda e contribuição social (*)	256	224
Realização líquida de créditos tributários	647	742

15.2 – Imposto de renda e contribuição social – diferidos ativos

A instituição registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos fiscais, sobre adições temporárias na base de cálculo dos impostos sobre o lucro. Para avaliação desses créditos, foram adotados os critérios definidos pela Resolução do CMN de nº 4.842/20, esses ativos fiscais diferidos devem ser analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante suficiente em relação aos valores ativados. Para este fim, foi elaborado Estudo Técnico de constituição e perspectiva de realização dos Créditos Tributários da instituição, para a data de 31/12/23, considerando as expectativas de resultados futuros, fundamentadas em premissas factíveis. Assim, as principais informações quanto aos valores mantidos no ativo são as seguintes:

a) Movimentação da conta do ativo no período:

Descrições	2024		2025	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre
Saldo em 31/12/2022	5.618	4.719	-	10.337
Constituição no exercício	852	766	-	1.618
Realização no exercício	(1.499)	(1.508)	-	(3.007)
Saldo em 31/12/2023– Nota 6	4.971	3.977	-	8.948
Totais a Curto Prazo	-	-	-	-
Totais a Longo Prazo	4.971	3.977	-	8.948

b) Estimativa de realização dos créditos tributários

A perspectiva de realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos ativos de acordo com o Estudo Técnico realizado é de:

Descrições	2024		2025	
	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	A partir do 2º Semestre
Imposto de Renda	1.045	1.045	1.045	1.836
Contribuição Social	836	836	836	1.469
Totais	1.881	1.881	1.881	3.305

c) Natureza dos créditos

A base de cálculo para os ativos fiscais diferidos são: Provisão de créditos de liquidação duvidosa*, Provisão dos créditos compensados em prejuízo e provisões não dedutíveis. Até 31/12/23, foram constituídos e realizados parte desses créditos. Sendo o saldo a realizar no ano de R\$4.971, de Imposto de Renda e R\$3.977 de CSLL, totalizando em R\$8.948.

d) Classificação contábil dos créditos tributários

Por conservadorismo, os créditos tributários são integralmente demonstrados no longo prazo.

NOTA 16 – Destinação do Resultado

A reserva legal é constituída à razão de 5% do resultado do exercício. Os acionistas têm direito de receber com dividendos obrigatórios em cada exercício, importando não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Descrições	31/12/23	31/12/22
Lucro do Exercício	4.085	3.368

NOTA 17 – Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente decorrem de administração de fundos estaduais, e os demais saldos são relativos a juros de capital a pagar, conforme demonstrados:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
FUNPRODUIZIR	618	3.381	-	-	7.055	8.804
FOMENTAR	333	13.965	-	-	4.448	5.416
FUNBAM	-	-	-	-	-	365
FUNDEQ – Equalização (*)	3	-	-	-	1.981	1.611
FUNPRODUIZIR – Equalização (*)	-	-	-	-	1.233	2.725
Crédito produtivo	8	21	-	-	133	52
JCP – Estado de Goiás	-	-	3.641	2.350	-	-
Convênios (**)	439	1.236	-	-	5.378	1.428

(*) As taxas de equalizações referem-se ao subsídio do FUNPRODUIZIR e do FUNDEQ às empresas de pequeno porte sob a forma de equalização de juros em operações de crédito.

(**) Convênios com diversos, tais como: Secretaria de Desenvolvimento Social – Aprendiz do Futuro; Secretaria da Educação – Bolsa Alfabetizador; Secretaria da Retomada – Bolsa Qualificação; Prefeitura de Itapuranga – Cartão Xixá Itapuranga; Secretaria do Desenvolvimento Social – Crédito Social e Mães de Goiás; Fundação de Amparo a Pesquisa – Empodera; Agência Goiânia de Habitação – Pra Ter Onde Morar; Prefeitura de Itumbiara – Renda Mais Itumbiara.

NOTA 18 – Exigibilidades de Capital Principal e Limites de Imobilização

O Demonstrativo de limites operacionais tem por objetivo apresentar, de forma sintética, as informações referentes aos detalhes do cálculo dos limites monitorados pelo Banco Central do Brasil. Para cada limite o documento conterá dois conjuntos de informações: a) Apuração da Situação da Instituição; b) Apuração da Exigência do Banco Central e da Margem (ou Insuficiência) da Instituição em relação ao limite considerado e enviado mensalmente ao Banco Central, o documento 2061.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de módulos proprietários.

Índice da Basileia e de Imobilização (DLO)

Apresentamos abaixo, os principais indicadores em 31/12/23, obtidos conforme regulamentação em vigor:

Descrições	31/12/23	31/12/22
Patrimônio de referência	194.780	195.182
Índice de basileia	51,89%	53,60%
Nível I	42,06%	43,63%
Índice de imobilização basileia	1,94%	2,04%
Limite	97.390	97.591
Situação	3.775	3.975
Folga de imobilização	93.615	93.616

O Banco Central publicou as regras de Basileia III relacionadas à definição de capital e ao requerimento de capital, por meio das resoluções do Conselho Monetário Nacional, em março de 2013:

Resolução nº 4.955/21 do CMN, que dispõe sobre a metodologia de apuração do Patrimônio de Referência (PR);

Resolução nº 4.958/21 do CMN, que trata da apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) de nível I e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal.

E demais normas do Banco Central, tais como: Circulares, Cartas-Circulares e Comunicado, que complementam as regras estabelecidas nas resoluções supracitadas, ao determinar os procedimentos de apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês para Risk-Weighted Assets). O Conselho Monetário Nacional através da Resolução 4.955/21 do CMN, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis (Nível I e Nível II), cada qual composto por itens integrantes do patrimônio líquido.

A Resolução 4.958/21 do CMN, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e Institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas, tais como: Resolução 4.557/17 do CMN, Resolução nº 229/22 e Circular 3.634/13 do Banco Central do Brasil.

a) Risco operacional

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 4.557/17 e 4.958/21 do CMN e Circular 3.640/13 do Banco Central.

b) Risco de liquidez

A GoiásFomento possui política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, e plano de Contingência de Liquidez, com as devidas ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2023

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A – GOIÁS FOMENTO
EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ (MF) 03.918.382/0001-25
Av. Goiás, Nº 91 - St. Central, CEP.: 74.005-010 - Goiânia – GO

Prezados(as) Senhores(as),

1) Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** ("GoiasFomento"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A** ("**GoiasFomento**") em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2) Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à GoiasFomento, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Outros Assuntos

3.1) Reexame das Demonstrações Contábeis 2023 – Súmula de Apontamentos 8505-BACEN

Este relatório está sendo reemitido em conexão com a Súmula de Apontamentos 8505, do BACEN, a qual detectou a necessidade de rotatividade da equipe, conforme previsto no art. 6º da Resolução CMN nº 4.910/2021. Para assegurar a conformidade e a credibilidade das demonstrações contábeis auditadas durante o período em que houve a extrapolação do prazo regulamentar, foi realizado um reexame do exercício de 2023 pela nova Equipe Técnica. Esse reexame contemplou: i) Revisão dos principais saldos contábeis e eventos significativos registrados no período; ii) Avaliação da aplicação correta das práticas contábeis adotadas pela **GoiasFomento**; iii) Identificação de eventuais riscos que possam ter surgido em decorrência da extrapolação do prazo.

3.2) Relatório da Administração

A administração da **GOIÁS FOMENTO** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as preclaudas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

3.3) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós.

4) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

4.1) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 (c), as demonstrações contábeis incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de R\$ 8.296 mil apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco A - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos da GoiasFomento. Devido à relevância das operações de crédito e o grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

- **Como nossos auditores abordaram esse assunto?** Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito. De A até H, Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela GoiasFomento na definição da metodologia e das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, efetuamos o recálculo da provisão levando em consideração os níveis de risco de crédito e os requerimentos previstos na Resolução 2.682/99 do CMN e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no contexto das demonstrações contábeis.

4.2) Valor recuperável dos Créditos Tributários

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 15.2, às demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários no valor de R\$ 8.948 mil cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por orçamento/plano de negócios. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins de verificar a realização desse ativo, a GoiasFomento adota premissas baseadas em suas estratégias e no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido à relevância dos saldos de créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

- **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**

Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela GoiasFomento em seu plano de negócios, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Agência nas demonstrações contábeis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração dos valores recuperáveis dos Créditos Tributários no contexto das demonstrações contábeis.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **GOIÁS FOMENTO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **GOIÁS FOMENTO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da GoiasFomento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **GOIÁS FOMENTO**.

- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **GOIÁS FOMENTO** a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia/GO, 14 de fevereiro de 2025

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CVM nº 001232-7



Jairo Aires de Sant'Ana
Contador - CRC/MT 01526/O-7 "S" GO
CNAJ 4187

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Estudo do Crédito Tributário referentes ao exercício findo em 31/12/2023, considerando os termos do Relatório da empresa AUDIMEC Auditores Independentes S/S, sem ressalva, opinam que as referidas peças estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação, ratificando que estão em condições de serem submetidas ao Conselho de Administração.

Goiânia/GO, 25 de março de 2024

Donalvam Moreira da Costa Maia
CONSELHEIRO

Gisele Barreto Lourenço
CONSELHEIRA

Ronaldo Dutra Baía
CONSELHEIRO